

Justiça restringe manifestações de trabalhadores durante evento da FIFA



No mês de junho, no Brasil eclodiram manifestações populares nos grandes centros e nos mais distantes rincões.

Em cada cidade brasileira tem ocorrido manifestações, algumas consideradas pacíficas, entretanto outras têm ocorrido violência.

Em Minas Gerais, o Tribunal de Justiça concedeu no último dia 13 uma liminar, a pedido do Governo do Estado, impedindo a participação de sindicatos nas manifestações em Belo Horizonte durante os jogos da Copa das Confederações, organizada pela FIFA. Caso a ordem fosse descumprida, cada entidade sindical seria multada em R\$ 500 mil. Entretanto, os sindicatos mantiveram o calendário de manifestações.

Na capital mineira, o Sindicato dos Servidores da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais (SINDPOL) e Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais (SIND-UTE/MG) realizaram manifestações durante a Copa. O Sind-UTE anunciou até uma “greve determinada” para os dias 17, 18, 22, 26 e 27 deste mês.

A ação cautelar alegou que sindicatos, diante

da realização do evento, “estariam dispostos a provocar tumultos nas vias urbanas e afrontar direitos coletivos, notadamente aqueles sobre a ordem e a segurança públicas”.

De acordo com o presidente da ABRAT, Antônio Fabrício de Matos Gonçalves em virtude de uma Federação Internacional não se pode “rasgar” a Constituição, ferindo demasiadamente direitos previstos, pois cada cidadão pode participar de livre reunião.

Em no último dia 27, Sind-UTE/MG conseguiu no Supremo Tribunal Federal, em julgamento do ministro Luiz Fux, derrubar a liminar do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, que concedia ao Governo mineiro a proibição da realização de manifestações durante o período da Copa das Confederações.

Para a coordenadora-geral do Sind-UTE/MG e presidente da CUT/MG, Beatriz Cerqueira a decisão do STF garante o direito de manifestação, sendo uma vitória não só para o Sindicato, mas para todos os movimentos sociais, que organizam manifestações.

Conjuntura política nacional

*Daniela Muradas Reis



Adverta-se que as opiniões que se seguem não podem ser tomadas como análise conjuntural do momento político brasileiro, não somente pelo afastamento necessário que exige esse tipo de estudo, mas particularmente pela indefinição do rumo da maré para o qual a onda de manifestações brasileiras se encaminha. Assim, trata-se de um modesto ensaio embalado pela intuição, por uma percepção quase emocional.

Sabe-se a esta altura que a onda de manifestações descolou da sua origem (Movimento do Passe Livre) e apoia-se em um sentimento difuso de indignação, uma insurreição que traz consigo sensações diversas na sociedade: da euforia de muitos com a festa democrática à desconfiança de outros, quer pela ausência de propósitos claros do movimento, quer pelo risco de ruptura com o Estado de Direito ou de desrespeito a valores e aos princípios centrais da sociedade democrática.

O movimento é caracterizado pela horizontalidade, apartidarismo, o que torna difícil identificar as forças dominantes e os caminhos que serão trilhados. O quadro desafia os diversos setores a atribuir-lhe uma significação, com evidentes tentativas de sua apropriação, em uma clara disputa de espaços.

Afinal, quem são os brasileiros que estão nas ruas?

O IBOPE, em pesquisa encomendada pela mídia, disse o que já se percebia: a maioria dos manifestantes é jovem, estudante e de classe média.

O que querem esses jovens?

A pauta de reivindicações, também objeto da pesquisa, é ampla: do combate à corrupção ao aperfeiçoamento dos serviços públicos de saúde, educação, transporte e segurança.

De fato, esses são problemas reais e antigos do Brasil. Mas como os filhos da classe média buscam solucionar esses problemas?

Muitos cartazes dizem: “não sou direita, nem esquerda, eu sou para frente!”. Afinal, o que é ser para frente?

Estariam seus votos à leilão? Buscam modelos alternativos? Quais?

A ausência de uma proposta clara para o enfrentamento dos problemas reais e antigos pode significar mais que o mero desconhecimento ou uma suposta indiferença para diversas possibilidades de seu enfrentamento nos padrões clássicos de esquerda e direita.

Eu começo a acreditar que a origem de todo desconforto é uma crise de identidade dessa classe social.

Afinal, quem é a classe média brasileira?

Deixemos as classificações técnicas, que normalmente apoiam-se em valores de renda familiar. A máxima da experiência diz que integram essa classe da sociedade os pequenos burgueses e os empregados melhores posicionados no mercado de trabalho. A maioria tem estudo. Muitos têm carro e casa própria. Assim, esses jovens, que cantam o hino nacional enrolados em bandeiras e bradam falaciosamente que o “gigante acordou”, até gostariam, mas não são herdeiros de magnatas; e também não chegam a ser filhos de proletários.

Seriam esses jovens rebeldes sem causa? Acredito que não. Os problemas indicados são reais. Mas a indignação da classe média pode estar relacionada com um algo a mais: um sentimento de abandono.

Os interesses dos pequenos burgueses e empregados melhores posicionados no mercado de trabalho não foram contemplados pelo Governo FHC, que direcionou sua política econômica para o setor financeiro e para a alta burguesia.

A política econômica não desenvolvimentista dos anos 1994/2003 atingia os pequenos negócios, não apenas por falta de estímulos diretos, mas também porque a flexibilização do mercado de trabalho e os diversos retrocessos sociais atingiram a renda dos trabalhadores (inclusive os bem posicionados) e refrearam o consumo e, por conseguinte, a produção e lucro do pequeno e médio empresário.

A desilusão com um governo de centro-direita deu espaço para a esperança de ser essa parte

Afinal, quem são os brasileiros que estão nas ruas?

da sociedade contemplada nos seus interesses pelos governos Lula e Dilma.

E, até certo momento ser da esquerda no Brasil era do interesse da classe média: a política de desenvolvimento dos governos do PT baseada no consumo desenfreado deu a sensação que, enfim, essa classe estava contemplada.

Muitos passaram a andar de carros novos ou carros mais potentes, adquiridos com IPI reduzido e por prestações infinitas. Muitos trocaram os apartamentos, com financiamentos oficiais a perder de vista. O dólar barato propiciou visitas ao Caribe, farras na Disney e comprar jeans de marca cara a dez dólares nas outlet's de Miami. Pagar a escola particular para o filho era considerado investimento para o acesso as melhores universidades públicas do País. O plano de saúde nem parecia tão caro assim...

De repente, a harmonia se quebrou.

A inflação corroeu o poder de consumo da classe média. O carro, a esta altura, não está mais na garantia e as revisões somadas com as prestações mensais pesam no bolso. E faltam 18 anos para quitar o apartamento bacana! O dólar subiu e Miami já não está tão perto... A escola particular de qualidade não é o acesso certo para os bancos da Universidade Pública Federal, que agora tem metade de suas vagas reservadas, com parte das cotas para egressos do ensino público e parte para quem tem baixa renda, pardos, pretos e indígenas. O "custo" para manter empregados domésticos aumentou e pode mesmo ser insuportável depois da Emenda Constitucional 72.

O plano de saúde já compromete parte significativa da renda dos endividados...

Os filhos da Classe Média já não se identificam com os filhos de alta burguesia, pois vão ter de arrumar a própria cama, frequentar escola pública para se favorecerem do sistema de cotas para o ingresso nas Universidades Públicas Federais e, se calhar, vão ter de enfrentar a fila do posto de saúde.

A classe média "empobreceu" e talvez até pensem (equivocadamente, diga-se) que à custa da inclusão social dos desfavorecidos.

Em algumas cidades a divergência de classes é explícita. Em São Paulo e no Rio de Janeiro alguns manifestantes expulsaram sindicalistas, trabalhadores

e partidários da esquerda das passeatas. A atitude elitista pode ser interpretada como uma recusa por parte dos filhos da classe média de identificação com os filhos dos operários.

O desafeto com a classe trabalhadora e com partidários de esquerda manifestou-se também pela intolerância com bandeiras de centrais sindicais e símbolos da esquerda (como se toda a esquerda também se identificasse com o PT...). Na onda de intolerância outras minorias ficaram sem o direito de expressão.

Há mesmo quem até se sintam tentado a relacionar episódicas situações de racismo e uma nova onda de criminalização de ações reivindicatórias dos povos indígenas às políticas de sua inclusão social pela via da educação.

O direito de expressão e manifestação, que sempre foram tão relevantes aos movimentos sociais organizados e tão demonizados pela mídia e pela classe média (pelo natural contraste desses direitos com o direito de passagem dos milhares de veículos comprados em carnês de sem-número de prestações), agora é absoluto e exclusivo para uma classe de cidadãos? Por evidente que não.

Assim em muitas cidades os trabalhadores não recuaram e foram para as ruas também reivindicar. Em algumas passeatas a bandeira na mão acabou por ser também considerada liberdade de expressão.

Assim, existem duas claras alternativas para o impasse social e político: o caminho da desumanidade, da intolerância, da intransigência, do elitismo; e a via humanista, da tolerância, da convergência da classe média com os movimentos sociais, em diálogo adiado ao longo de suas trajetórias.

Aguardemos o porvir!

** Doutora em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professora Adjunta de Direito do Trabalho da UFMG. Foi membro do Conselho Universitário e Chefe do Departamento de Direito do Trabalho e Introdução ao Estudo do Direito da UFMG*
Sócia da AMAT
Diretora da Associação Latino Americana de Advogados Laboralistas (ALAL)

Em algumas passeatas a bandeira na mão acabou por ser também considerada liberdade de expressão.

Na Bahia começa interiorização das Caravanas



Mesa de abertura da Caravana

A cidade de Ilhéus foi sede nos dias 13 e 14 da XXIII Caravana da ABRAT. Simpósio realizado há dois anos no país debatendo temas relacionados ao Direito e Processo do Trabalho. Na cidade bahiana foi inaugurada a interiorização da Caravana, sendo a primeira vez que o evento foi realizado no interior do Brasil. As palestras foram ministradas no auditório da Faculdade de Ilhéus (Cesupi).

A palestra magna de abertura do Simpósio foi proferida pelo ex-presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (CFOAB), Cezar Britto que abordou os “70 anos da CLT e as conquistas do espaço internacional”.

Em seu pronunciamento, o presidente da Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas (ABRAT), Antônio Fabrício de Matos Gonçalves ressaltou o apoio para a realização da Caravana na Bahia do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região, Ministério Público do Trabalho da 5ª Região, Seccional da OAB da Bahia, juntamente com as subseções de Ilhéus e Itabuna e Associação Bahia dos Advogados Trabalhistas (ABAT), além de enfatizar que “há dois anos a ABRAT estava Brasil a fora, e agora está Brasil a dentro”.

Para a presidenta do TRT5, desembargadora Vânia Jacira Tanajura Chaves eventos realizados como a Caravana são primordiais para o fortalecimento da Justiça do Trabalho.

De acordo com o presidente da Seccional da OAB Bahia, Luiz Viana Queiroz inaugurar a interiorização do simpósio em Ilhéus é o reconhecimento da Associação à advocacia bahiana.

Durante a Caravana o desembargador do TRT5, Cláudio Brandão, indicado pela presidenta Dilma Rousseff ao cargo de Ministro do Tribunal Superior do Trabalho foi homenageado pela Associação.

A organização do Congresso Nacional de Advogados Trabalhistas,

que acontecerá no Rio de Janeiro de 09 a 12 de outubro, apresentou o site do evento em uma dos painéis do Simpósio.

Foram painelistas na Caravana a juíza titular da 34ª Vara do Trabalho de Salvador, Ana Paola Machado Diniz abordando “Acidentes de Trabalho e Doenças Ocupacionais”; Valtércio Ronaldo

Oliveira, desembargador corregedor geral do TRT 5 proferindo sobre “Responsabilidade Civil”; o ex-presidente da ABRAT, Jefferson Calaça falando sobre os “Honorários advocatícios na Justiça do Trabalho”; o presidente da ABRAT, Antônio Fabrício de Matos Gonçalves e a desembargadora corregedora do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, Salete Macalóz discorreram sobre a “Emenda Constitucional 72/2013 (PEC das Domésticas). A palestra de encerramento sobre “A problemática da Perícia Técnica” foi proferida pelo presidente da ABAT, Eliel Teixeira.

Participaram ainda da XXIII Caravana ABRAT representantes de 8 estados: Bahia, Pernambuco, Sergipe, São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais e Distrito Federal. Além do procurador chefe do Ministério Público do Trabalho, Pacífico Rocha; o presidente da Subseção da OAB Ilhéus, Marcus Flávio Rhem; da Subseção da OAB Itabuna, Adirlei Nascimento Silva; a coordenadora do curso de Direito da Faculdade de Ilhéus (Cesupi), Daniela Haun; o diretor cultural da Associação de Advogados de São Paulo, Luís Carlos Moro; advogados, serventuários da justiça, estagiários e estudantes de Direito.

Foram parceiros da Associação a ABAT, TRT5, MPT5, OAB Bahia, OAB Subseção de Ilhéus, OAB Subseção de Itabuna, Associação dos Advogados de São Paulo (AASP), Escola Superior de Advocacia (ESA), Caixa de Assistência dos Advogados (CAA) e Escritório de Advocacia Domingues e Baptista.



Tradicional foto com todos os participantes do Simpósio

20 DE JUNHO
DIA DO ADVOGADO
TRABALHISTA



ADVOGACIA
TRABALHISTA

Nós somos advogados trabalhistas!

A ABRAT tem orgulho de representar todos os advogados trabalhistas do Brasil, e sempre com a certeza de lutar por melhorias para a classe, parabeniza todos os Advogados Trabalhistas Brasileiros pelo 20 de Junho.

Caros Colegas Trabalhistas

De muita coisa sinto orgulho!

A família, por exemplo. A profissão, outro exemplo. Ser brasileiro, mais um exemplo. Ter sido ativista contra a ditadura militar, outro orgulho que transporto com alegria. São muitos os motivos que posso inserir no catálogo de orgulho.

Mas, ser ADVOGADO TRABALHISTA está, sem dúvida, no pódio.

Atuar no nervo da sociedade. Estar no centro das discussões que envolvem o direito de viver com dignidade, o direito à vida, o direito a saúde, o direito a bom ambiente, o direito ao lazer, o direito ao respeito, o direito de estar integrado na vida econômica, na vida social e na vida cultural do País. O direito de ser verdadeiramente PESSOA, gente, ser humano. Enfim, o DIREITO AO TRABALHO.

Atuar na Justiça Social!

Tudo isso é e dá uma sensação diferenciada.

E fazer todas essas atividades ao lado de vocês, colegas trabalhistas, indiscutivelmente já é, em si mesmo, um ganho. Trabalhar com a advocacia trabalhista é uma

especial HONRARIA. Verdadeiramente, são os nossos melhores HONORÁRIOS.

Que nos desculpem os da Justiça COMUM. Mas nós somos de uma Justiça ESPECIAL. Aqui, especial em razão da matéria. Porém, mais especial em razão dos advogados trabalhistas.

Formamos um grupo alegre, solidário, festivo, associativado, parceiro, companheiro, extremamente atuante. Trabalhamos com grandes quantidades e, agora, com uma enorme qualidade.

TENHO ORGULHO DE SER ADVOGADO TRABALHISTA!

Salve o DIA 20 DE JUNHO: DIA NACIONAL DO ADVOGADO TRABALHISTA.

PARABÉNS ADVOGADOS TRABALHISTAS!

Nilton Correia

Vice-Presidente da ABRAT – Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas

Presidente da CNDS – Comissão Nacional de Direitos Sociais do Conselho Federal da OAB

Proposta para Dia Nacional do Advogado Trabalhista

O diretor jurídico da ABRAT, Felipe Caliendo redigiu um texto com a proposta de se implantar o Dia Nacional do Advogado Trabalhista como Lei Federal.

O documento foi entregue como sugestão ao deputado federal Gabriel Guimarães (PT/MG), coordenador da frente parlamentar dos advogados na Câmara dos Deputados, se comprometeu a apresentar a proposta.

Homenagem do CFOAB

O presidente nacional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Marcus Vinicius Furtado, parabenizou a Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas (Abrat), na pessoa de seu presidente Antonio Fabrício Gonçalves, pela instituição da data de 20 de junho como o Dia Nacional do Advogado Trabalhista.

A data, segundo o presidente da Abrat, foi escolhida em função do fato de que 20 de junho marca a data de fundação, há exatos 50 anos, da Associação Carioca dos Advogados Trabalhistas, a primeira entidade da categoria no país.

Inscrições abertas para Congresso Nacional de Advogados Trabalhistas

As inscrições para o XXXV CONAT já estão abertas no endereço eletrônico www.abrat.net. O site foi lançado oficialmente durante a XXII Caravana em Ilhéus (BA).

O Congresso acontecerá entre os dias 09 a 12 de outubro deste ano com as presenças, entre outros, de Celso Bandeira de Melo, Maurício Godinho Delgado, Bernardo Cabral, Carlos Henrique Bezerra Leite e o ministro Agra Belmonte.

Nesta edição o patrono nacional é o advogado do Espírito Santo, José Hildo Sarcinelli Garcia e o local, Jory França.

E, o congresso foi denominado Arnaldo Sussekind.

Durante o CONAT acontecerá ainda no dia 11 de outubro a sessão plenária de discussão e aprovação de teses e o I Concurso Universitário da ABRAT, cujo projetos deverão ter o tema do congresso: "No Brasil dos eventos internacionais, o Direito do Trabalho está no pódio", que, por sua vez, traz ao debate, como subtemas: os 25 anos de constitucionalização dos direitos sociais trabalhistas; os 70 anos de CLT; e as repercussões dos eventos internacionais nas relações do trabalho.

O Congresso será realizado no Othon Palace Hotel em Copacabana no Rio de Janeiro.

Comitiva entrega convite ao patrono do Congresso

O advogado do Espírito Santo José Hildo Sarcinelli Garcia recebeu oficialmente o convite para ser o patrono do XXXV CONAT. A entrega feita pelo presidente da ABRAT, Antônio Fabrício de Matos Gonçalves, e contou ainda com as presenças do presidente da OAB/ES, Homero Mafra; dos diretores da OAB/ES Rafael Piza Pimentel e Maria Madalena Selvatici e dos ex-presidentes da Associação Jefferson Calaça e Moema Baptista.

A ex-presidente e primeira mulher presidente da ABRAT, Moema Baptista fará a homenagem ao patrono durante o Congresso.



Patrono recebeu diretores em sua residência

Informativo ABRAT chega a mais de 5000 pessoas

Cinco mil e duzentos assinantes do país estão recebendo as segundas, quartas e sextas-feiras o Informativo ABRAT. O Informativo virtual é o único 100% especializado em notícias e jurisprudências trabalhistas, nesse formato no Brasil. Para ter acesso ao Informativo é necessário se cadastrar no endereço eletrônico: www.abrat.net e todas as semanas o mesmo é enviado gratuitamente.

O presidente da ABRAT, Antônio Fabrício de Matos Gonçalves explica que a intenção da Associação é manter o advogado informado e atualizado com os principais assuntos que norteiam a Justiça do Trabalho.



"No Brasil dos Eventos Internacionais, o DIREITO DO TRABALHO está no pódio."

9 a 12 de Outubro
2013

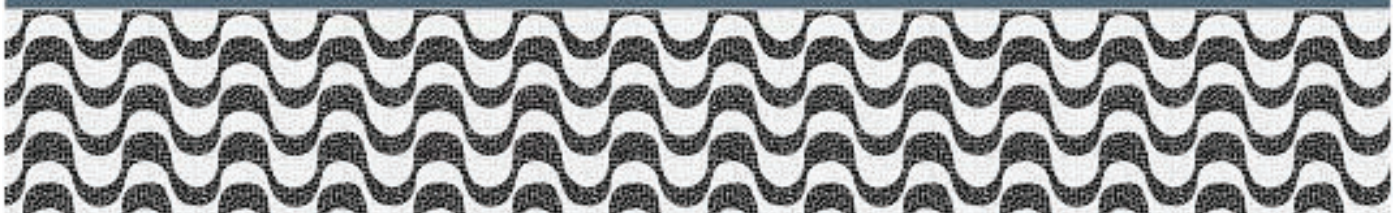
Othon Palace Hotel
Copacabana - RJ

Homenageando, "in memoriam",
o Ministro Arnaldo SussekInd.

Serão concedidas 20 horas de
estágio pela OAB/RJ.



www.abrat.net



A LBM Eventos é a agência oficial do XXXV Conat no Rio de Janeiro. Informações de pacotes para o evento através do telefone: 21 – 35151950 - Falar com Carlos Reis ou Marcia Ribas ou e-mail: eventos@lbmviagens.com.br

Associação encomenda parecer sobre situação de haitianos

A ABRAT encomendou um parecer jurídico à professora Daniela Muradas da Universidade Federal de Minas Gerais e diretora da Associação Latino Americana de Advogados Laboralistas (ALAL), sobre as condições dos trabalhadores haitianos e a responsabilidade do Governo Federal, que será encaminhado as Comissões de Direitos Humanos e aos organismos governamentais e Internacionais.

A medida foi tomada após o encontro com os haitianos, que estão legalmente no Brasil na fronteira do Acre com Bolívia, no 1º de maio durante palestra sobre os direitos básicos dos trabalhadores brasileiros no ginásio esportivo de Brasileira no Acre. Cerca de 800 haitianos presentes ao encontro estavam alojados no município acreano.

O encontro foi coordenado pelo Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região, como parte das comemorações dos 70 anos da CLT, em parceria com a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) Seccionais de Rondônia e Acre e a Associação Brasileira dos Advogados Trabalhistas (ABRAT).



Haitianos assistiram palestra no dia 1º de maio

A AAJ começa a reestruturação no Brasil



A Associação Americana de Juristas (AAJ) criou um núcleo provisório para reestruturação de suas atividades no Brasil, durante evento realizado no Rio de Janeiro, na OAB/RJ, coordenado pelo presidente da Comissão de Direitos Humanos da Seccional, Marcelo Chalhéo. O encontro teve ainda a presença da presidente da AAJ, Vanessa Ramos.

A AAJ foi criada em 1975 com status consultivo junto ao Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, objetivando defender os interesses dos povos, sua independência econômica e a soberania sobre as próprias riquezas e recursos naturais, além do

exercício livre da advocacia.

Participam do grupo o presidente da Seccional da OAB/RJ, Felipe Santa Cruz, o conselheiro federal Wadih Damous; o presidente de Comissão de Direitos Humanos da OAB/RJ, Marcelo Chalhéo; O presidente da CAA/RJ, Marcello Oliveira; a conselheira federal pela OAB/RS Cléa Carpi, o ex-presidente do Conselho Federal e diretor da ABRAT, César Britto; o diretor cultural da Associação dos Advogados de São Paulo (AASP) e ex-presidente da ABRAT, Luís Carlos Moro; o presidente da Associação de Advogados Laboralistas ex-presidente da ABRAT, Luiz Salvador; o presidente da Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas (ABRAT), Antônio Fabrício Gonçalves; o advogado Aderson Bussinger; o presidente da Associação Catarinense de Advogados Trabalhistas e diretor da Associação, Felipe Caliendo; o presidente da OAB/PA, Jarbas Vasconcelos; e a advogada Herilda Balduino.

Seminário Brasil/Alemanha

O Seminário Brasil-Alemanha em temas de Direitos Humanos contou com a participação do presidente da ABRAT, Antônio Fabrício de Matos Gonçalves, mediando o painel sobre "Direito dos Movimentos Sociais - Sindicatos, centrais e organizações populares em face do desafio da solidariedade e da democracia participativa".

O encontro aconteceu Faculdade Nacional de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, com realização da OAB/RJ, Neue Richtervereinigung (NRV: Nova Associação de Juízes da Alemanha) e AJD (Associação Juízes para a Democracia), com apoio da Associação.

O congresso fez parte das atividades em comemoração ao ano Brasil/Alemanha no Brasil sendo coordenado por Aderson Bussinger, Carlos Bolonha, Daniele Gabrich Gueiros, Emílio Astuto, Lilian Emerique, Marcelo Chalhéo e Álvaro Sérgio Gouvêa Quintão.



Seminário bilateral

Brasil-Alemanha em temas de Direitos Humanos

ABRAT E MPT na luta contra o trabalho escravo

A ABRAT continuará acompanhado juntamente com o Ministério Público do Trabalho a PEC do Trabalho Escravo, que foi aprovada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal no último dia 27.

Agora será votada em 2 turnos no plenário do Senado. A iniciativa foi acertada pelo presidente da Associação, Antônio Fabrício de Matos Gonçalves e pelo procurador chefe do Ministério Público do Trabalho, Luís Antônio Camargo de Melo. Pela proposta, as propriedades rurais e urbanas onde houver exploração de trabalhadores serão expropriadas e destinadas à reforma agrária ou a programas de habitação popular, sem qualquer indenização ao proprietário.

A Proposta de Emenda à Constituição 57A/1999, está tramitando há mais de dez anos no Congresso Nacional e já foi aprovada anteriormente no Senado, quando da primeira versão do texto apresentada pelo deputado Paulo Rocha (PT-PA), mas não conseguiu avançar. Após, uma proposta semelhante, criada no Senado Federal por Ademir Andrade (PSB-PA), foi aprovada em 2003 e remetida para a Câmara, onde o projeto de 1995 foi apensado.

A votação da PEC do Trabalho Escravo na CCJ, prevista para o último dia 19, foi adiada em virtude do pedido de vistas dos senadores Sérgio Souza (PMDB-PR) e Blairo Maggi (PR-MT), onde estava presente presidente da Associação, (ABRAT) e foi aprovada na mesma comissão ao dia 27/06.



: Presidente da Associação e o procurador chefe do MPT, Luís Camargo

Jurisprudência

O Ministro Maurício Godinho Delgado relator do Agravo de Instrumento 1272-74.2012.5.03.0139, da 3ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho explica que não se aplica a Súmula 444 do TST no tocante a jornada de trabalho dos empregados domésticos.

Segundo o Ministro a jurisprudência pacificou (Súmula 444, TST) que, no tocante ao mercado de trabalho no Brasil na área pública ou privada, considera-se válida, excepcionalmente, a jornada de trabalho de plantão denominada 12x36 horas, desde que prevista em lei ou em CCT ou ACT. No tocante à adoção dessa jornada de plantão (12x36 horas) no âmbito privado doméstico (Lei nº 5859/72), relativamente ao mister dos cuidadores de doentes ou idosos da família empregadora, em conformidade com a nova EC nº 72/2013, não se aplica o rigor formalístico da Súmula 444 do TST, podendo tal jornada ser pactuada por

Jornada 12x36

mero acordo bilateral escrito entre as partes. É que, neste caso, a família não visa estrito interesse pessoal e familiar, mas realiza também funções de assistência social e de seguridade social, na forma do caput do art. 194 da Constituição (“...conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social” - grifos acrescentados). A família, nesta relação doméstica de caráter assistencial e de seguridade social, agrega ou até mesmo substitui função e dever do Estado (art. 194, caput; art. 197; art. 203, caput e seus incisos; art. 226, caput; art. 227, caput), ressaltando-se, ademais, que o amparo devido aos idosos - seu direito constitucional fundamental (art. 230, caput, CF/88) - deve preferencialmente, segundo o Texto Máximo da República (art. 230, §1º, CF/88), ser executado em seus lares.

Congresso da LTR discute posição da ABRAT sobre PJe

A ABRAT, através do seu presidente Antônio Fabrício de Matos Gonçalves, esteve presente ao 53º Congresso Brasileiro de Direito do Trabalho coordenado pela LTR Editora com supervisão do professor Amauri Mascaro Nascimento.

Os Congressos realizados pela LTR Editora tem o objetivo de debater o direito por meio de conferências sobre as teses apresentadas às comissões, formadas por especialistas no Direito do Trabalho.

O presidente da Associação Rondoniense da Advocacia Trabalhista (Aronatra), Vítor Martins Noé também esteve presente à cerimônia, além da diretora Luciana Slosbergas da ABRAT e Ricardo Dagre presidente da AAT/SP.



Mesa de abertura do Congresso

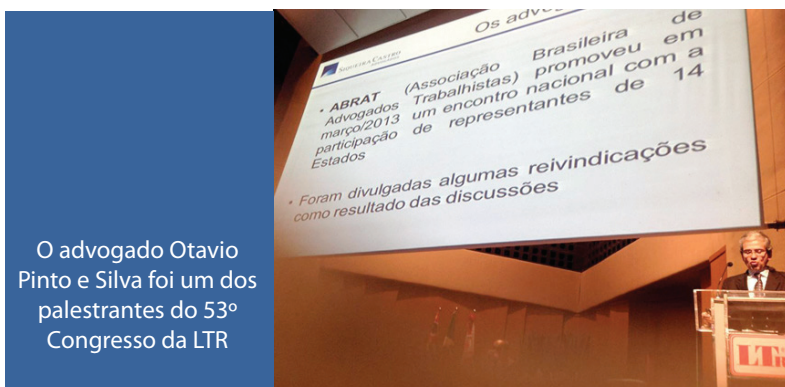
Posição da ABRAT em relação ao PJe

- Manifestar a ilegalidade do art. 1º, da Resolução nº 94, do CSJT, que determina a tramitação exclusiva pelo PJe, enquanto que a Lei nº 11.419/2006 admite a tramitação do processo eletrônico, o que firma o conceito de não ser excludente;
- Declarar a obrigatoriedade dos Tribunais instalarem e manterem computadores aptos a viabilizarem o acesso ao Processo Judicial Eletrônico;
- Solicitar a uniformização de procedimentos e de práticas nas diversas Varas, visando coibir abuso por parte dos magistrados. Como exemplo, a impossibilidade de extinção do processo por erro no preenchimento do formulário quando a petição inicial contém todos os requisitos necessários ao seu processamento;
- Exigir a assinatura da testemunha no termo de audiência, em estrita observância ao disposto no artigo 828, da CLT;
- Provocar a revogação do artigo 29, da Resolução nº 94, do CSJT, que determina o bloqueio do usuário do sistema, por suposto uso inadequado, ainda que o seja de forma provisória, porque tal atitude priva o exercício regular de uma profissão e, no caso, retira do advogado o direito ao exercício da advocacia e o direito da parte ter acesso ao amplo direito de defesa;
- Pleitear pela obrigatoriedade de informação imediata acerca da indisponibilidade do sistema, no sítio eletrônico no Tribunal e através de atendimento telefônico.
- Reivindicar a adequação do art. 10, da Resolução nº 94, do CSJT, para que qualquer indisponibilidade, que ocorra após as 18h, produza a imediata prorrogação de prazos.
- Pugnar para a criação e manutenção pela Justiça do Trabalho, em espaço nos fóruns, de fácil acesso, de Centrais de Atendimento ao usuário, possibilitando, assim, a utilização do sistema, inclusive com o protocolo de peças processuais sem restrição à utilização de "pen-drive".
- Lutar pela obrigatoriedade de publicação de todos os atos processuais em diário eletrônico, sobretudo quando se tratar de decisões, de mérito ou não, por ser direito constitucional assegurado à sociedade brasileira, que leva à fiscalização popular do Judiciário, por exigência do estado democrático de direito.



Pedro Ernesto de Arruda Proto, representante a Associação dos Advogados de São Paulo, Antônio e Fabrício e Ricardo Dagre Schmid presidente da Associação dos Advogados Trabalhistas de São Paulo.

No Congresso da LTR, durante painel sobre referente a "Qual é a posição dos advogados diante da legislação que regula o processo eletrônico judicial?", o professor da Faculdade de Direito da USP, Otávio Pinto e Silva apresentou a proposta da Associação sobre o PJe, enfatizando os principais pontos defendidos pela ABRAT. Pinto e Silva salientou ainda a posição do Conselho Federal da OAB sobre o assunto.



O advogado Otavio Pinto e Silva foi um dos palestrantes do 53º Congresso da LTR

ABRAT na posse de Barroso



O vice-presidente Nilton Correia representou a Associação na posse do ministro do Supremo Tribunal Federal Luís Roberto Barroso.

Para Correia o novo ministro enche de esperança pela perspectiva de que trará novos conceitos e modernidade jurídica na visão neo-constitucionalista.

Barroso que sempre foi parceiro da ABRAT estando presentes em alguns CONAT's agradeceu a presença da instituição à sua posse, reafirmando sua intensa admiração pelos direitos sociais.

O ministro foi indicado em maio pela presidente Dilma Rousseff e aprovado após sabatina no Senado no início deste mês. Ele ocupará a vaga deixada no ano passado pelo ex-ministro Carlos Ayres Britto.

Luís Roberto Barroso

É formado em direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), onde atualmente é professor. Também leciona, como professor visitante, na Universidade de Brasília (UnB). Fez pós-doutorado na Universidade de Harvard e mestrado na Universidade de Yale, nos Estados Unidos.

Entre os livros publicados por Barroso estão "O direito constitucional e a efetividade de suas normas", "Direito Constitucional Brasileiro - O problema da federação", e "O controle de constitucionalidade no direito brasileiro".

Sércio Peçanha assume cargo no TRT

Escolhido pelo 5º Constitucional, Sércio da Silva Peçanha assumiu o cargo de desembargador do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região.

Peçanha foi nomeado pela presidente da república, Dilma Rousseff, em decorrência da aposentadoria do desembargador Caio Luiz de Almeida Vieira de Mello. Ele passa a integrar a 8ª Turma e a 1ª SDI do tribunal.

A ABRAT esteve presente a cerimônia, sendo representada pelo seu presidente Antônio Fabrício de Matos Gonçalves e pelo diretor da Associação, Marco Antônio de Freitas.



Peçanha durante pronunciamento

Brandão é o novo ministro do TST



O desembargador do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região, Cláudio Mascarenhas Brandão foi aprovado, por unanimidade, na Comissão de Constituição e Justiça do Senado para o cargo de ministro do Tribunal Superior do Trabalho. A matéria segue agora em regime de urgência para o plenário do Senado.

Brandão respondeu questões sobre trabalho infantil, processo eletrônico, acidente de trabalho e novos direitos do trabalhador doméstico.

Para o desembargador a aprovação significa o mais importante momento de sua trajetória profissional, sabendo ainda que " estará representando muitos magistrados brasileiros que, diuturnamente, se dedicam por uma Justiça do Trabalho melhor.

Estiveram presentes à sabatina o presidente da Associação, Antônio Fabrício de Matos Gonçalves, a presidente e o corregedor do TRT-BA, desembargadores Vânia Chaves e Valtércio de Oliveira; o presidente da Associação Nacional de Procuradores do Trabalho, Carlos Eduardo, entre outras autoridades do meio jurídico.

O novo Ministro é um dos parceiros da Entidade, tendo já participado de vários CONAT's e Caravanas. A vaga do TST foi aberta com a aposentadoria do ministro Horácio Raymundo de Senna Pires. O desembargador foi indicado pela Cláudio Brandão foi indicado pela presidente Dilma Rousseff.

Honorários na Justiça do Trabalho



O projeto dos honorários na Justiça do Trabalho terá como relator na Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal, o senador Jayme Campos (DEM-MT).

O projeto agora com o número 33 de 2013, altera o artigo 791 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

O advogado trabalhista Eduardo Pugliesi, juntamente com a ABRAT e Conselho Federal da OAB, estará acompanhando de perto o andamento do projeto de autoria da ex-presidente da Associação Clair da Flora Martins.

Começa treinamento do PJe

A base do Processo Eletrônico para treinamento de advogados no PJe estará disponível no próximo dia 02 no Conselho Federal da OAB.

O convênio com foco na melhoria do sistema do Processo Judicial Eletrônico (PJe) da Justiça do Trabalho e na inclusão digital dos advogados foram celebrados pela Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas (ABRAT) juntamente com o CFOAB e o Tribunal Superior do Trabalho (TST).



Minas Gerais

Caravana ABRAT - XXIV Simpósio Trabalhista

A cidade mineira de Juiz de Fora será a próxima a sediar a Caravana ABRAT. O Simpósio acontecerá no dia 9 de agosto.

Juiz de Fora tem quase 7.000 advogados inscritos na OAB/MG e fará parte de mais uma edição da interiorização das Caravanas.

O XXIV Simpósio tem o apoio do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, da OAB/MG e da 4ª Subseção da OAB/MG.



Mato Grosso do Sul

E, ainda em agosto deste ano acontecerá a XXV Caravana ABRAT nos dias 30 e 31 em Campo Grande no Mato Grosso do Sul.



Goiás

Encontro Centro-Oeste

Segundo o vice-presidente da ABRAT no Centro-Oeste, Eliomar Pires Martins o I Encontro do Centro-Oeste em Caldas Novas (GO) foi adiado e uma nova data será definida.



Sergipe

A diretora de Especialização da Associação, Roseline Moraes, participou no último dia 25, na Assembleia Legislativa do Estado de Sergipe da Sessão Especial em comemoração aos 70 anos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Compareceram ainda a desembargadora Graça Melo, vice presidente do TRT da 20ª Região, Maria Angélica Guimarães, presidente da Assembleia, o deputado Gustinho Ribeiro, autor da moção que viabilizou a solenidade, além de deputados, desembargadores, juizes e advogados.



Pará



Advogados trabalhistas do Pará participaram de treinamento sobre PJ-e. O evento foi coordenado pela ABRAT em parceria com a Associação Trabalhistas dos Advogados do Pará (Atep) e da Escola Judicial da 8ª Região. O treinamento foi ministrado pela diretora da entidade, Roseline Moraes.

Giro pelas Associações



Rio de Janeiro

A nova diretoria da Associação Carioca dos Advogados Trabalhistas (ACAT/RJ), presidida por Ana Beatriz Bastos Seraphim, tendo como vice-presidente da diretora da ABRAT, Araçari Baptista, foi empossada no último dia 20.

Como programação de posse foi realizada uma missa na Igreja de Santa de Luzia e a cerimônia na sede náutica do Vasco da Gama encerrou as solenidades.

A ABRAT foi representada pela diretora tesoureira Sílvia Lopes Burmeister.



A diretora da Associação Sílvia Burmeister; a presidente Ana Beatriz Seraphim; o ex-presidente da ACAT/RJ, José Luís Xavier; a ex-presidente da ABRAT, Moema Baptista e David Silva Júnior



Rio Grande do Sul



As diretoras da ABRAT, Sílvia Burmeister e Cristina Carrion juntamente com o presidente da Agetra, Antônio Vicente Martins

A posse da Associação Gaúcha dos Advogados Trabalhistas (Agetra) reuniu em Porto Alegre representantes da ABRAT, TRT, magistratura, OAB e Satergs.

O novo presidente Antônio Vicente Martins em emocionado discurso reafirmou a postura da entidade de defesa do advogado trabalhista.

Os diretores da Associação Sílvia Lopes Burmeister e Maria Cristina Carrion estiveram presentes à cerimônia.



Deu no Facebook



Luciano Almeida
11 de Junho

Momento em que protocolamos, junto com o presidente do Sindicato dos Advogados, os anseios da advocacia trabalhista à Secretária do Ministro Corregedor Geral do TST.



Amat Advogados Trabalhistas
20 de Junho

Parabéns ao ADOVADO TRABALHISTA, grande defensor dos direitos do trabalhador ou do empregador, em prol de uma sociedade mais justa.

Advogado Trabalhista que luta pelos honorários de sucumbência, pelas prerrogativas de direito e que vem a cada dia se unindo na força das Associações Estaduais e da Associação Federal, ABRAT.

Desejamos a todos muitas felicidades e sucessos!

Nosso forte abraço.

AMAT - Associação Mineira dos Advogados Trabalhistas

Presidenta: Isabel das Graças Dorado



Rita Cortez compartilhou um status
21 de Junho

Diante dos acontecimentos ontem fico de certa forma inibida de tecer maiores comentários sobre a festa de posse e de comemoração do dia do advogado trabalhista e do jubileu de ouro da ACAT.

Contudo, não posso deixar de registrar que a festa foi linda e com altíssimo astral e elogiar a pronta atuação da OAB-RJ e Caarj em defesa dos estudantes contra atos de uma polícia despreparada, além de cultura...! e historicamente destinada a atuar na repressão de movimentos sociais e populares. Presto as minhas homenagens as duas instituições nas pessoas de seus presidentes Felipe Santa Cruz e Marcello Oliveira . Passo seguinte é discutir a onda de protestos sem despolitizar os acontecimentos, como muitos estão tentando fazer, e CONVOCAR TODOS DA ACAT, SÓCIOS OU NÃO, PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA, terça feira, 17 horas, na sede da OAB, sobre a transferência das Varas do Trabalho para a Barra da Tijuca.



Agende-se

Agosto

09 – XXIII Caravana ABRAT – Juiz de Fora (MG)

30 a 31 – XXIV Caravana ABRAT -

Campo Grande (MS)

Setembro

27- Caravana ABRAT - Montes Claros (MG)

Outubro

09 a 12 – XXXV CONAT – Rio de Janeiro

Novembro

Caravana ABRAT - Foz do Iguaçu (PR)

Acompanhe a

ABRAT



www.facebook.com/redeabrat



www.twitter.com/redeabrat



www.abrat.net



TST Oficial @TST_Oficial 3 h

Turma exclui responsabilidade subsidiária de dona da obra, pelos débitos trabalhistas devidos por empreiteira <http://bit.ly/120gmpP>

TST Oficial @TST_Oficial 5 h

Jurisprudência do TST mantém-se firme na possibilidade da cumulação das indenizações <http://bit.ly/1cm9AAw>

Cezar Britto @cezar_britto 7 h

Luis Roberto Barroso acaba de tomar posse como ministro do STF. Em tempos de Copa, um gol de placa. <http://fb.me/LqfqxEtT>

TRT da 3ª Região @TRT3imprensa 21 jun

Sércio da Silva Peçanha é empossado desembargador do TRT da 3ª Região. <http://bit.ly/184vr24>

ACATRJ @ACAT50ANOS 20 jun

Atenção, operadores do Direito! TRT/RJ suspendeu audiências e prorrogou prazos do dia 20 de junho, em razão do Dia do Advogado Trabalhista



http://www.em.com.br/app/noticia/economia/2013/06/05/internas_economia,398952/legislacao-nao-e-suficiente-para-frear-exploracao-do-trabalho-infantil-domestico.shtml

http://www.trt5.jus.br/default.asp?pagina=noticiaSelecionada&id_noticia=27724

http://impresso.em.com.br/app/noticia/cadernos/opiniao/2013/05/28/interna_opiniao,78498/

<http://www.agetra.adv.br/?p=1190>

www.aatp.com.br/caravana-abrat2013.html

<http://aguilho-tina.blogspot.com/2013/06/xxiii-simposio-trabalhista-caravana-da.html>

<http://trt-05.jusbrasil.com.br/noticias/100540808/presidente-do-trt5-participara-de-simposio-trabalhista-em-ilheus>

<http://oab-mg.jusbrasil.com.br/noticias/100548865/projeto-que-institui-honorario-de-sucumbencia-na-justica-do-trabalho-ja-tramita-no-senado>

<http://www.oabmg.org.br/Noticias.aspx?IdMateria=4941>

<http://www.migalhas.com.br/Quentes/17,MI179046,21048-AAASP+estabelece+convenio+de+cooperacao+com+a+ABRAT>

Diretoria ABRAT - 2012/2014

Presidente: Antônio Fabrício de Matos Gonçalves (MG)

Vice-presidente nacional: Nilton Correia (DF)

Secretário Geral: Roberto Parahyba Arruda Pinto (SP)

Diretora Financeira: Sílvia Lopes Burmeister (RS)

Vice-presidente da Região Norte: Rodrigo Walghan (AM)

Vice-presidente da Região Nordeste: Marcondes Rubens Martins de Oliveira (PE)

Vice-presidente da Região Centro-Oeste: Eliomar Pires Martins (GO)

Vice-presidente da Região Sudeste: José Luiz Xavier (RJ)

Vice-presidente da Região Sul: Miriam Klahold (PR)

Vice-presidente do Distrito Federal: Antônio Alves (DF)

Diretor de Imprensa, Divulgação e Revista: Benizete Ramos de Medeiros (RJ)

Diretor de Assuntos Legislativos: Ronaldo Tolentino (DF)

Diretor de Assuntos Jurídicos: Felipe Caliendo (SC)

Diretor Social: Izabel Dorado (MG)

Diretor de Informática: Jefferson Calaça (PE)

Diretor de Temas estratégicos: Carlos Alfredo (BA)

Diretor de Especialização: Roseline Rabelo de Jesus Moraes (SE)

Diretora de eventos: Luciana Barcellos Slosbergas (SP)

Diretor de Relações Institucionais: Cezar Britto (SE)

Diretor de Relações ABRAT\UTRA: Maria Cristina Carrion Vidal de Oliveira (RS)

Diretor de Convênio: Jocelino da Silva (SP)

Diretor de Relações ABRAT\ALAL: Luiz Gomes (RN)

Diretor da Relações entre Associações: Araçari Baptista (RJ)

Diretor de Jornal Virtual: Carlos Tourinho (BA)

Diretor de Assuntos Jurisprudenciais: Pedro Mauro (MS)

Diretor da Escola de Advocacia: Luciana Serafim da Silva Oliveira (MT)

Diretor da ABRAT Jovem: Marcos Antônio de Oliveira Freitas (MG)

Coordenador do Colégio de Presidentes – Luciano Almeida (AL)

Departamento de PJe: Arlete Mesquita (GO) - Sílvia Mourão (PA)

Departamento de Direito Desportivo: Paulo Sérgio Marques dos Reis (RJ)

Afonso Celso Raso (MG)

Diretor de Jornal Virtual: Carlos Tourinho

Jornalista responsável: Mellissa Mendes - MGO 7155JP



Este é seu canal de comunicação com a Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas.

Envie sugestões, críticas e o que deseja no ABRAT on line.

Entre em contato pelo email:

mellissa.mendes@yahoo.com.br

Site: www.abrat.net

Facebook: www.facebook.com/redeabrat

Twitter: [#abratnet](https://twitter.com/abratnet)